

Entrevista com Claudia Beltrão da Rosa: apontamentos sobre a pesquisa em História Antiga no Brasil*

*Interview with Claudia Beltrão da Rosa: notes on Ancient History
research in Brazil*

Claudia Beltrão da Rosa é Professora Associada de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), desde 1997, onde atua no ensino e no desenvolvimento de pesquisas sobre a vida intelectual e política na República romana tardia, com ênfase no estudo da religião romana. Atua na pós-graduação, nível mestrado e doutorado, e supervisiona, também, pesquisas de pós-doutorado. Em sua trajetória acadêmica publicou diversos artigos, capítulos de livros, livros autorais e organizou coletâneas relacionadas à sua área de pesquisa. Paralelamente a essas atividades, atua como membro permanente do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e Medieval (Nero-UNIRIO), é membro associado do Núcleo de Representações e Imagens da Antiguidade (Nereida-UFF) e do grupo de pesquisa *Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques* (Anhima-Paris). Atualmente coordena, ao lado de Patrícia Vivian von Benko Horvat, o projeto de pesquisa *Images of the gods: the discourse on cult statues in Cicero and Late Republican debates on Roman religion*, com financiamento do Newton Fund/British Academy.

1. Daniel de Figueiredo: O que motivou a sua escolha por atuar na área de História Antiga, num momento em que essa disciplina tinha pouca visibilidade no Brasil?

Claudia Beltrão da Rosa: Meu interesse por “gregos e romanos” sempre foi constante, e isso muito antes da formação universitária. Quando decidi fazer a graduação em História, para mim já era óbvio que meu foco era a Antiguidade. Minha questão não era o estudo da Antiguidade, e sim decidir entre História, Filosofia ou Letras. O mais curioso foi que encontrei no curso de história, no início dos anos 1980, um descaso tão acentuado com o estudo da Antiguidade (e docentes “presentistas” e superficiais) que eu, ainda muito jovem, pensei simplesmente que aquele não era o meu lugar. Aos poucos, descobri que

* Entrevista concedida a Daniel de Figueiredo no dia 12 de novembro de 2016.

era possível estudar História Antiga no Brasil, mas havia poucos especialistas e muitas dificuldades. Por isso, resolvi continuar o curso e enfrentar os desafios. A maior das dificuldades era o discurso dominante nos departamentos de História de então, que pregava que somente o estudo de História do Brasil era realmente importante.

Não se tratava, então, de pouca visibilidade, mas de uma invisibilidade imposta como projeto político-pedagógico, que Neyde Theml sintetizou muito bem em uma deliciosa frase no prefácio do primeiro número da revista *Phoênix*: “[N]as escolas brasileiras, aprende-se que Adão foi o primeiro homem e o segundo, Cabral”. Vários equívocos existiam por não se (querer) perceber a atualidade e a pertinência dos estudos da Antiguidade a partir do diálogo entre os antigos e os modernos. Esses equívocos ainda existem, e podem ser percebidos pela simples observação da classificação das áreas de conhecimento da CAPES: “História Antiga e Medieval”. Ora, uma “História Antiga e Medieval” é uma exclusividade nacional, e deriva da crença de que o mundo começou com Cabral, uma falácia ainda atuante, que foi revelada com clareza nos embates sobre a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC-História), “base” limitada e limitante, preconceituosa e plena de falhas conceituais.

Em suma, apesar dessas dificuldades, a área de História Antiga cresceu graças a esforços constantes e sempre renovados de pessoas que superaram os preconceitos e barreiras, que grassavam – e, em certa medida, ainda grassam – na área de História. Não só cresceu em número, mas demonstra muito vigor científico e intelectual e, hoje, a área já tem expressividade também no exterior, o que é muito bom. Estamos em diálogo não só em rede nacional, mas também com colegas estrangeiros, e as redes de pesquisa não são mais uma meta distante, e sim uma realidade para a área de História Antiga.

2. Tem-se verificado, no Brasil, o incremento quantitativo no interesse de jovens pesquisadores em História Antiga, Clássica e Tardia. Em sua opinião, a que se deve esse despertar, numa área do conhecimento histórico que antes não atraía tanta atenção?

R: Mais que nunca, faltam docentes de História Antiga nas universidades brasileiras, e a procura pela área é realmente crescente. Responderei com base em minha experiência docente: as pessoas geralmente se interessam por aquilo que conseguem perceber e conhecer, ou seja, pelo que *existe em seu mundo*: os estudantes, se não têm uma boa formação em História Antiga nas escolas básicas, hoje em dia têm um intenso acesso a temas e objetos da, ou baseados na, Antiguidade via *mass media*, jogos, filmes etc., o que aumentou o interesse pela História Antiga. Some-se a isso o fato de que se trata de uma área de conhecimento muito versátil, uma das mais preocupadas com questões

metodológicas e mais ligadas ao uso (efetivo) das novas tecnologias na pesquisa e ao debate internacional, despertando e mantendo o interesse de jovens pesquisadores. Este interesse crescente tem tido resultados na pós-graduação, com o incremento de pesquisas em História Antiga e a constituição de grupos de pesquisa muito bem organizados e produtivos.

3. Como orientadora de dissertações e teses e como supervisora de projetos de pós-doutorado em História Antiga, como membro de bancas examinadoras e comitês assessores e como leitora crítica de artigos e demais trabalhos científicos, como você avalia a expansão e a visibilidade da produção científica nacional na área, quando comparada à produção internacional?

R: O crescimento quantitativo de que falamos gerou, por sua vez, um visível crescimento qualitativo, e há pesquisas de pós-graduação realmente inovadoras sendo feitas em nossos programas. Pelo que tenho percebido, em processos seletivos e em bancas examinadoras, foi-se o tempo em que a maioria das “justificativas” dos projetos ressaltava a inexistência de tal ou qual estudo no Brasil. Atualmente, a maior parte dos projetos, artigos e demais produções da área estão inseridos no debate internacional, e isso é, de fato, uma vitória para a minha geração de antiquistas e, especialmente, para a geração que me precedeu. Ainda somos poucos em relação a outros países, mas pesquisas e produções brasileiras têm sido muito bem recebidas, comentadas e avaliadas no exterior. Em relação à visibilidade, ao contrário do que ocorria há alguns anos, hoje em dia não é surpreendente a presença de brasileiros em congressos e publicações, em grupos e laboratórios de pesquisa internacionais, e não me refiro apenas a Portugal ou a países da América Latina, como há alguns anos. A demanda por qualidade e visibilidade é crescente e a vejo como um sintoma de amadurecimento e de consolidação da área.

4. Como profissional de História Antiga, com diversas publicações na área que discutem o tratamento da documentação, tanto a escrita quanto a de cultura material, como você avalia o acesso e o nível de tratamento das fontes pelos estudantes brasileiros? Refiro-me tanto ao acesso físico quanto à formação disponível aos estudantes para lidar com a diversidade de gêneros documentais provenientes da Antiguidade.

R: Uma das velhas falácias que ainda são ditas aos estudantes por muitos docentes de departamentos de História nas universidades brasileiras é a suposta maior dificuldade de acesso à documentação na pesquisa de História Antiga. A meu ver, essa insistência na dificuldade de acesso às fontes revela deficiências metodológicas e epistemológicas

graves por parte de muitos historiadores brasileiros. O acesso à documentação em História Antiga no Brasil tem as mesmas dificuldades encontradas em qualquer outra "história". De fato, em certos casos, temos acesso mais fácil a fontes oriundas da tradição manuscrita, a grandes *corpora* documentais epigráficos, arqueológicos, numismáticos etc., do que, por exemplo, pesquisadores que se dedicam a períodos mais recentes, em que há maiores entraves no acesso a documentos. E o antigo adágio de que lidar com documentos em português é mais fácil do que em outros idiomas simplesmente não é procedente. Se lidar com documentos da cultura material requer um aprendizado das suas linguagens e características, os documentos da tradição manuscrita também são escritos em um idioma e uma forma que têm suas peculiaridades, e a própria língua portuguesa de diferentes tempos e lugares não é a mesma, nem as palavras significam o mesmo. Não se trata, portanto, de falta de acesso, e sim de garantir a proficiência necessária para lidar com a documentação. Neste ponto, temos algumas dificuldades que colegas de outros países não têm, especialmente as derivadas da escassez de especialistas em epigrafia, numismática, iconografia, dentre outros, nos departamentos de nossas universidades. Muitos grupos de História Antiga, como fazemos na UNIRIO e como é feito na Ufes, se esforçam por criar as condições para propiciar aos estudantes cursos de extensão e outros, com o apoio e participação de colegas de outras universidades, brasileiras ou estrangeiras, assim como para viabilizar a aquisição de materiais bibliográficos/documentais inexistentes em nossas bibliotecas universitárias etc., minimizando as dificuldades. Neste ponto, os instrumentos de pesquisa disponíveis na internet são realmente um grande apoio.

5. No Brasil, observa-se a preferência pelo emprego das fontes textuais nos projetos de investigação no âmbito da História, em detrimento da cultura material. Considerando a recente ampliação no número de especialistas na área de História Antiga, incluindo os arqueólogos, qual a perspectiva de alteração desse cenário?

R: Creio que, mais que preferência, a centralidade do que se costuma denominar "documentação textual" deriva das formas tradicionais de se pensar e se fazer História. A documentação textual é imprescindível, mesmo quando você se concentra no estudo da cultura material, e vice-versa. No caso do meu projeto atual sobre estátuas de deuses na República tardia, por exemplo, é fundamental uma sólida preocupação com os textos da tradição manuscrita.

São ainda recentes as pesquisas que lidam com objetos no Brasil, mas o interesse é crescente e já há ofertas de cursos voltados à cultura material com alguma regularidade na graduação e na pós-graduação, além de grupos de pesquisa sobre cultura material na

Antiguidade com produção de alta qualidade. De fato, o interesse pelo estudo da cultura material é fruto das novas questões que colocamos a nós mesmos e ao passado. Isso porque falar em cultura material é se referir às relações que os grupos humanos mantêm com os objetos de todo tipo que eles criam e utilizam diariamente, e um ponto concernente ao papel dos objetos, em sentido amplo, é sua capacidade de “realizar” os mundos humanos. Acredito que o cognitivismo de Clifford Geertz ainda nos ajuda a pensar a questão, sem cair em um simplismo relativista. Historiadores podem hoje concordar que aquilo que nomeamos “realidade” é algo que se torna significativo para o sujeito não individualmente, mas mediante uma extensa acumulação de experiências e ideias sobrepostas e inter-relacionadas – o que Geertz denominou “códigos”. Esses códigos não são meramente mentais, eles são gatilhos para a ação humana. Na maior parte de nossas vidas, não somos seres existencialmente movidos pelo desejo de autoafirmação, e sim seres constantemente movidos por gestos e pensamentos rotineiros, nos quais ideias, objetos, espaços, tempos e ações são inseparáveis e são compartilhados, seja por um grupo específico e numericamente restrito, seja por uma imensa comunidade. É muito difícil, quando não impossível, que as pessoas realmente se lembrem de quando, onde e como os aprenderam ou os adotaram. São esses elementos que formam a tessitura da “realidade”, e estão tão incorporados nos seres humanos que, quando são ameaçados, a resposta é invariavelmente emocional, levando à indignação, raiva, medo, ou mesmo à violência física.

A inextricável relação entre tempo, espaço, ideias e objetos tem consequências na ação humana, forma as diversas experiências e crenças compartilhadas da vida humana, e passou a fazer parte das preocupações dos historiadores. Objetos podem ser vistos como as reificações dessa relação, e não existem fora nem além dela, mas não se trata somente de os objetos “realizarem” ideias e intenções; eles também provêm a base concreta para novos atos de significação do mundo. Objetos são frutos da vida material humana, do trabalho humano, certamente, mas são também consequências de decisões complexas que, por sua vez, radicam em experiências e intenções prévias, sistemas de conhecimento e valores, taxinomias de poder etc. Lidar com objetos da cultura material implica lidar com atos de conhecimento e de reificação de ideias, intenções, poderes, crenças humanas etc., e têm significados os mais diversos, dos mais práticos aos que costumamos chamar valores “simbólicos”. Daí eu dizer que, ao lidar, como lido, com estátuas de culto que, rigorosamente falando, são objetos, cujos significados, funções e valores são centrais na Roma antiga, não podemos prescindir dos diversos “textos” que nos abrem uma via de acesso à sua compreensão. Assim, creio que cada vez mais historiadores e estudantes de História perceberão a importância e a pertinência do estudo da cultura material, sem deixar de lado, longe disso, os textos da tradição manuscrita.

6. *Na atualidade, percebe-se um interesse crescente, por parte dos historiadores, acerca dos conceitos, métodos e técnicas provenientes da Arqueologia. Nesse sentido, como você avalia o diálogo entre historiadores e arqueólogos e seu impacto na produção intelectual em História Antiga?*

R: O estudo da cultura material só se impôs tardiamente na área de História, e, de fato, o conceito é mais facilmente compreendido por aqueles que se dedicam ao estudo da pré-história e da Antiguidade, permitindo a renovação de um diálogo com a Arqueologia. Os historiadores foram precedidos pelos arqueólogos e etnólogos no tratamento das fontes materiais, e com elas puderam criar problemáticas mais vastas em suas pesquisas, ou mesmo renovar problemáticas antigas, o que é fundamental. Com isso, setores antes estranhos ao trabalho do historiador passaram a “existir” para nós, sobretudo aquelas categorias que deixaram poucos registros fora da grande tradição manuscrita ou normativa.

Aliás, esse diálogo permitiu que os historiadores percebessem que boa parte daquilo que tradicionalmente chamamos de “fontes textuais” é, de fato, muito mais plural: são peças teatrais, são hinos, são textos epigráficos etc., e incluir preocupações metodológicas adequadas à natureza do material com que trabalhamos é um grande ganho na pesquisa. Certa vez, chamei a atenção de um pós-graduando que reiteradamente, em seu texto, lidou com as *Res Gestae* de Augusto como uma “obra literária”, esquecendo de que se trata de um texto epigráfico (ou, melhor dizendo, da reconstituição moderna de várias inscrições em mais de um idioma, encontrados em diferentes estados de conservação e distintos pontos do antigo território imperial). Equívocos deste tipo são ainda comuns. Levar em conta não apenas o “conteúdo”, mas também a “forma”, é uma necessidade da pesquisa. Daí a importância do diálogo renovado entre historiadores e arqueólogos, pois também os arqueólogos não são mais os mesmos do passado e têm hoje preocupações e problemáticas renovadas.

7. *A nossa condição de sociedade multicultural auxilia os pesquisadores que se dedicam ao estudo da Antiguidade a terem um olhar diferenciado sobre o passado remoto?*

R: O “contexto” em que vivemos hoje é planetário, e temos que lidar com isso, querendo ou não. As relações entre os grupos humanos têm mudado rapidamente de natureza e modalidade com o incremento das tecnologias da comunicação, que, de fato, redefiniram contextos, espaços, relações e inter-relações humanas. Com isso, questões sobre identidade e alteridade se tornaram muito mais agudas que antes e, se estamos mais aptos a perceber diferenças e proximidades atualmente, a percepção da Antiguidade

também foi ampliada, surgindo para nós como alteridade, como um “outro” com o qual podemos dialogar. Simultaneamente, ficamos também mais sensíveis para perceber como os próprios “dados” do passado foram constituídos em diferentes momentos e contextos, e como contribuíram para dar forma e sentido ao nosso mundo atual. É um jogo de proximidade e distância muito sutil, que hoje caracteriza nossa relação com a Antiguidade e orienta nosso olhar e as questões que fazemos aos “antigos”.

8. Como pesquisadora atuante e reconhecida, muitos jovens estudantes a têm como referência, em especial aqueles que ingressam no curso de História da UNIRIO. Como tem sido o trabalho de estimulá-los a trilhar esse belo, mas árduo caminho?

R: A meu ver, o ensino de história na graduação deve ter como meta a formação do estudante para a pesquisa, a construção do conhecimento e o ensino. Uma disciplina obrigatória do 1º semestre do curso, “Antiguidade Clássica”, me é especialmente querida. Nela, tenho contato direto com os ingressantes, os “calouros” do curso, e cada vez mais percebo que as turmas são muito receptivas e interessadas no estudo da Antiguidade, participando ativamente das aulas e das demais atividades do curso. Talvez ajude o fato de que eu as coloco em contato com o trabalho documental já no início do curso, utilizando inscrições, moedas, textos etc. desde a primeira aula, que, em certos períodos, ocorre fora da sala de aula, nas ruas da Urca, Rio de Janeiro, e o que podemos ver ou tocar serve como ponto de partida para o curso. Em suma, trata-se da ideia da “cidade palimpsesto” em ação, tanto para refletirmos sobre a “presença” dos antigos em nossas vidas, como para iniciarmos o tema da documentação. Do mesmo modo, eu não aplico provas tradicionais, com perguntas a serem respondidas assim ou assado, mas dou preferência aos portfólios, nos quais as atividades realizadas pelos estudantes são o objetivo central. Assim, o que procuro fazer é uma introdução ao trabalho do historiador antiquista, que prossegue nos tópicos especiais e seminários de pesquisa, nos quais a autonomia do estudante é a minha meta. Saber onde buscar material para estudar determinado tema, saber como usar uma base de dados *online*, saber selecionar e lidar com a documentação, saber fazer um levantamento bibliográfico, saber ler e comentar um texto acadêmico, e como relacionar textos distintos sobre o mesmo tema, treinar a redação, etc., é isso que tento estimular em sala de aula e nas reuniões com os jovens pesquisadores do meu grupo de pesquisa. Com isso, eu também aprendo muito, renovo e amplio meus interesses e meu horizonte em relação à História Antiga.

9. Em sua opinião, quais os maiores desafios para se produzir História Antiga no Brasil hoje?

R: No que tange à formação do pesquisador, nossa maior dificuldade, a meu ver, radica no fato de que o estudante, em geral, chega muito mal preparado à universidade no que se refere a uma formação escolar básica. Mais grave, investe-se ainda pouco na pesquisa e na construção da autonomia do estudante. A pesquisa no Brasil, seja em que área do conhecimento for, é recente, apesar do nítido crescimento, e esta dificuldade não é restrita à História Antiga. Um exemplo que considero grave: a maior e mais consolidada área de pesquisa em história no Brasil é, obviamente, a de História do Brasil, e participo de bancas de processos seletivos em que os temas majoritários são de História do Brasil, mas, infelizmente, a maior parte dos projetos de doutorado sobre temas de épocas anteriores ao século XX tem, de seus objetos de pesquisa, um conhecimento exclusivamente baseado em material bibliográfico, e não documental propriamente dito – e não me refiro a projetos de historiografia. Em suma, ainda vivemos uma cultura universitária baseada no aprendizado tradicional da “literatura da área”, muitas vezes defasada, e não no tratamento documental. Há, então, uma deficiência geral na formação metodológica, que pode ser detectada com facilidade nesses processos seletivos.

Apesar do incremento da pesquisa em História no Brasil, há ainda muito que melhorar em termos de formação do historiador, a começar pela gravíssima questão da documentação. A lide com a documentação, seja de que tipo for, exige muito cuidado e uma sólida formação. Fala-se a torto e a direito que o pesquisador de História Antiga tem que ter proficiência em outros idiomas como se tal necessidade fosse um grande problema, mas, rigorosamente falando, que área do conhecimento prescinde do aprendizado de linguagens especializadas e de outros idiomas?

Já no caso da documentação de cultura material, além de sua inclusão na pesquisa ser uma conquista recente em nossa área em geral, pesquisadores de todo o mundo também têm que se esforçar para obter recursos para suas pesquisas *in situ*, quando são necessárias, e isso requer um grande empenho de tempo e energia. É certo que nossas bibliotecas e centros de pesquisa são precários, que a diminuição dos investimentos governamentais na pesquisa é grave, que não conhecemos, no Brasil, a figura do “mecenato” privado que outros contextos científicos e acadêmicos conhecem, que a escola básica brasileira é deficiente, etc. Contudo, há recursos, ações, programas e iniciativas excelentes, quase impensáveis há vinte, trinta anos. Um ótimo exemplo é o projeto de cooperação científica entre o PPG de História da Ufes e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Portugal, que incrementou o diálogo internacional entre historiadores e arqueólogos, e propiciou aprendizados inestimáveis aos estudantes de graduação e de pós-graduação, com excelentes frutos.

10. Por fim, para concluir, qual a importância de se estudar História Antiga no Brasil?

R: Todo estudo, toda pesquisa, todo ensino deve ser relevante para as nossas vidas, e um dos maiores critérios de relevância social da História Antiga é compreender e apreender a diferença do passado e sua contínua ação no presente. É relevante compreender como gerações anteriores conceberam o passado, como foram por ele inspiradas e estimuladas, como se rebelaram contra ele, como o rejeitaram, como o retomaram e reinventaram. Gregos, romanos e outros “antigos” têm sido constantemente reinventados e ressemantizados como modelos e, em consequência, seu estudo é uma força positiva para compreender o presente. Se não soubermos como a Antiguidade povoou a imaginação, estimulou e estruturou o pensamento moderno, como agiu e age como uma bandeira da opressão, mas também da inovação e criação artística, social, religiosa e política, a visão que temos da nossa tradição cultural será necessariamente limitada ou distorcida, porque, parafraseando Mary Beard e John Henderson, no excelente *Antiguidade Clássica: uma brevíssima introdução*, a Antiguidade está sempre “em algum lugar” de tudo o que vemos, dizemos e pensamos...